

**DATA** - 09/06/2008

**MÍDIA** - Jornal O Estado de São Paulo

**TEMA** - "Porte das empresas fará a diferença em novas ofertas"

**ENTREVISTADO** - Luiz Felipe

### **Porte das empresas fará a diferença em novas ofertas**

*Com investidores mais seletivos, fundos de participação em empresas [br]são alternativa para pequenos negócios com dificuldade de captação*

Paula Pacheco

A exemplo do que vinha acontecendo nos principais mercados do mundo, o Brasil aproveitou por quase dois anos a boa fase das ofertas públicas iniciais de ações, mais conhecidas pela sigla inglesa IPO. Muitos investidores ganharam dinheiro ao comprar papéis das empresas estreantes. No ano passado, chegou-se ao recorde de 58 estréias de companhias na Bolsa de Valores de São Paulo, a Bovespa. Em 2006, houve menos da metade: 24.

Esperava-se que o momento de euforia se mantivesse. Até que o mercado internacional, influenciado pelos problemas na economia norte-americana, diminuiu o ritmo ou redirecionou os investimentos estrangeiros. Muitos dos IPOs brasileiros programados para o fim do segundo semestre de 2007 e início de 2008 foram engavetados, à espera de dias melhores.

Agora, depois do anúncio do grau de investimento, feito recentemente por agências de classificação como Standard & Poor's e Fitch Ratings, existe a expectativa de um ambiente favorável à retomada das ofertas públicas iniciais de ações.

Para se ter uma idéia de como o ritmo arrefeceu, de janeiro a maio de 2007 houve 19 IPOs. Em 2008, no mesmo período, ocorreram apenas três: da Nutriplant, companhia do setor agrícola; da Hypermarchas, voltada para a produção de bens de consumo; e da Le Lis Blanc, rede de lojas de moda feminina e produtos para casa.

Na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), órgão que regula as companhias abertas, há cinco pedidos de IPO em análise: Locaweb, Banco Bonsucesso, Summer Brasil Turismo, OGX Petróleo e Gás, e Tivit.

A maioria simplesmente cancelou a oferta inicial de papéis. Do início do ano para cá, alguns pedidos simplesmente deixaram de ser renovados pelas empresas. As companhias consideraram que o momento guarda uma certa instabilidade e ainda não é propício para o lançamento dos papéis. Outra razão é que esse tipo de registro na CVM tem um custo para a empresa. Celso Nunes, diretor de Relações com Investidores da Locaweb, conta que a empresa decidiu fazer o IPO para captar dinheiro no mercado e acelerar os planos de expansão da empresa, líder no setor de hospedagem de sites. Foram cinco meses até adequar toda a empresa às regras da CVM, com a ajuda do Credit Suisse e do Itaú BBA na coordenação da operação e da Ernst & Young na auditoria. Em janeiro, com tudo pronto, a Locaweb acompanhou o movimento da economia mundial e entrou em compasso de espera. "O mercado ficou muito volátil, inadequado para um IPO", afirma Nunes. A direção da companhia pretendia captar entre US\$ 200 milhões e US\$ 250 milhões com a emissão primária. Agora, passado o período mais crítico, o diretor de RI está otimista. "Nos últimos meses temos percebido um interesse maior, principalmente dos investidores estrangeiros. Houve uma melhora na macroeconomia mundial e o Brasil conquistou o grau de investimento."

IPO não é, segundo Nunes, a única alternativa no momento. Com mais dinheiro de fora, a empresa

trabalha com a hipótese de ter um sócio investidor.

"Acredito em uma retomada gradual dos IPOs no Brasil", avalia Eduardo Rangel, diretor da área de fusões e aquisições do banco HSBC. Na sua opinião, a euforia vista em 2007 não deve se repetir tão cedo e o direcionamento dos investidores para os IPOs, apesar do grau de investimento atribuído ao Brasil, só deve acontecer dentro de seis a doze meses.

"Com tantas mudanças na economia, as empresas brasileiras estão passando por grandes transformações e isso deve ser levado em consideração pelos investidores, seja lá qual for o seu perfil. É preciso ter muito critério na hora de escolher onde investir e isso é cada vez mais relevante", diz Rangel.

Rodolfo Riechert, responsável pela área de investimentos do UBS Pactual, lembra de outro fator que tem influenciado quem procura ações de uma companhia. Na primeira leva de IPOs, entre 2006 e o primeiro semestre de 2007, havia empresas de maior porte. "No entendimento do mercado, o tamanho do negócio conta. É preciso ter uma certa massa crítica, um certo posicionamento para entrar no mercado", explica o executivo.

Do contrário, diz Riechert, há outros caminhos além da oferta de ações, como as parcerias com empresas de venture capital (fundos de investimento que funcionam como uma espécie de incubadora para negócios de menor porte). "Não dá para uma empresa partir do zero, vender idéia e achar que pode sair captando recursos", diz.

Luiz Felipe Alves, sócio da Cypress, especializada em fusões e aquisições, compartilha da opinião de Riechert. "Ainda há muito a ser feito por parte dessas empresas que hoje falam de IPO. Elas devem começar se perguntando se estão preparadas a prestar contas o tempo todo aos acionistas", comenta. Para ele, o Brasil deverá passar por uma onda de consolidação em alguns setores, com a união de empresas de segmentos estratégicos, como o de mineração, antes de partir para o mercado de capitais.

Outro que acredita num mercado de ações voltado principalmente para empresas de maior porte é Rodolfo Zabisky, sócio da MZ Consult. A Le Lis Blanc, lembra o consultor, foi lançada com desconto.

"A captação de recursos deverá ser menor. As empresas menores poderão optar pelo private equity (fundos de participação em empresas) e as maiores deverão fazer o IPO", diz. Para Marcos Barros, sócio da corretora Socopa, a dúvida agora é saber quem será o primeiro a fazer a oferta depois do grau de investimento. "O que acontecer servirá para acelerar ou frear as decisões."